



Instituto Superior Politécnico Católico de Benguela

Departamento de Ciências da educação

Licenciatura em Ciências da Educação

Psicologia Educacional

3.º Ano, 2.º Semestre

Ano Lectivo 2020

### **Necessidades Educativas Especiais**

O termo Educação Especial tem sido tradicionalmente utilizado para designar um tipo de educação diferente da praticada no ensino regular e que se desenrolaria paralelamente a esta, sendo a criança a quem era diagnosticada uma deficiência, incapacidade ou diminuição, segregada para uma unidade ou centro específico.

A Educação especial era dirigida a um tipo de alunos possuidores de algum défice ou handicap que os apresentava como diferentes dos restantes alunos considerados normais.

Mas isto mudou. A Normalização de serviços, que no âmbito educativo pressupõe a Integração Escolar, fez surgir uma concepção e práticas diferentes.

A Educação Especial decorre agora pelas mesmas vias que a Educação Regular. A escola da discriminação deu lugar à escola da integração; a escola da homogeneidade deu lugar à escola da diversidade.

O próprio conceito de dificuldades de aprendizagem mudou. Antes considerava-se que a causa das dificuldades de um aluno estava apenas dentro dele; hoje considera-se que a escola tem também parte da culpa, na medida em que não se adapta às necessidades dessa criança.

Destas verificações surge o novo modelo de Educação especial e surge o conceito de necessidades educativas especiais.

## **Um novo conceito de Educação Especial: As Necessidades educativas Especiais**

O conceito de NEE surge pela primeira vez, em 1978, com o relatório “Warnock”. Este refere-se ao ensino ministrado em classes especiais ou unidades de ensino para crianças com determinados tipos de deficiência, abrangendo também a noção de qualquer forma adicional de ajuda desde o nascimento até à maturidade para superar a dificuldade educacional, o que não acontecia antes da implementação deste documento. Este relatório fica conhecido com o nome de “Warnock” em reconhecimento a Helen Mary Warnock que presidiu uma investigação durante quatro anos numa escola de educação especial inglesa. Esta investigadora estudou e analisou grupos de crianças com deficiência e outras sem deficiência chegando à conclusão de que para se ter dificuldades de aprendizagem não está implícito ser deficiente, pois as crianças sem deficiência podem apresentar problemas e distúrbios na aprendizagem.

Segundo este documento “o conceito de Necessidades Educativas Especiais, engloba não só alunos com deficiências, mas todos aqueles que, ao longo do seu percurso escolar possam apresentar dificuldades específicas de aprendizagem”. (Warnock, 1978, p.36)

Como este documento é extenso e foca vários aspetos na vida das crianças e jovens com NEE, vamos apenas abordar de modo sucinto as grandes prioridades do relatório que são referentes à intervenção precoce, transição para a vida adulta, educação em meio escolar dos alunos com NEE e a formação dos docentes.

Este relatório veio deslocar o enfoque médico nas deficiências para um enfoque na aprendizagem escolar de um currículo ou programa, isto é, uma mudança de competência do paradigma médico-psicológico para a do paradigma educativo.

O relatório teve a importância de caracterizar em pormenor o aluno com NEE (identificação, descrição e avaliação das suas necessidades) com o objetivo de se tomar medidas mais adequadas, de forma a garantir o sucesso e uma plena integração.

O relatório menciona ainda que essas medidas devem ser praticadas, sempre que possível, nas escolas regulares.

Surge assim o princípio da normalização/integração escolar em que todas as crianças devem ser educadas nas escolas regulares, num meio o menos restrito possível, deixando espaço para casos muito excecionais, somente crianças com

deficiências graves ou complexas e após terem sido esgotados todos os recursos na escola regular.

Os alunos com NEE são todos aqueles que necessitam de apoio educativo especial em algum momento do seu percurso escolar, independentemente da sua duração ou gravidade, e assumindo que a finalidade da educação tem que ser igual para todas as crianças, quer sejam deficientes ou não.

Um dos objetivos do relatório foi chamar a atenção sobre o período anterior ao da entrada para a escola, sendo agora consideradas as crianças com menos de 3 anos que nasçam com uma deficiência ou que a desenvolvam após o nascimento.

O relatório refere que a educação não começa na escola, mas sim logo que a criança nasce, principalmente se esta é portadora de alguma deficiência.

O relatório também mostra preocupação com o término da escolaridade obrigatória das crianças/jovens com NEE defendendo que a escola também deve dar capacidades básicas tanto a nível académico como social permitindo-lhes integração social e autonomia.

Outro aspeto relevante deste documento é o papel dos pais no processo educativo das crianças com NEE, pois é necessário a intervenção destes logo desde o nascimento e o acompanhamento ao longo do todo o percurso escolar.

Para tal, os pais devem ser aconselhados, encorajados e apoiados no atendimento às necessidades especiais da sua criança, por quem os possa ajudar.

O relatório sublinha também a importância dos professores aumentarem os seus conhecimentos relativamente às necessidades especiais, visto que há sempre crianças que possam vir a precisar de algum tipo de ajuda especial durante o seu percurso escolar.

Deve haver professores especializados no ensino especial para a intervenção ser mais eficaz, devendo esses docentes especializar-se após a sua formação inicial.

Por último o relatório refere a importância da implementação de um serviço de orientação e apoio à educação especial o qual deverá existir em cada comunidade educativa, formado por professores especializados em educação especial, com o propósito de apoiar as escolas, os professores, os pais e até intervir com os próprios alunos com NEE.

O objetivo destes serviços é avaliar as necessidades destes alunos, sinalizá-los, garantindo assim a melhor intervenção possível. O conceito de necessidade educativa especial, tal como o apresenta a nova lei, é um conceito-chave. Considera-se que uma criança necessita de educação especial se tiver alguma dificuldade de aprendizagem que requeira uma medida educativa especial.

O conceito de dificuldade de aprendizagem é relativo; surge quando um aluno tem uma dificuldade de aprendizagem significativamente maior do que a maioria dos alunos da sua idade, ou sofre de uma incapacidade que o impede de utilizar ou lhe dificulta o uso das instalações educativas geralmente utilizadas pelos seus companheiros.

Quanto às medidas educativas especiais, conceito também relativo, definem-se como uma ajuda educativa adicional ou diferente no que respeita às adoptadas em geral para as crianças que frequentam as escolas regulares (Hegarty, 1986).

No Livro Branco para a Reforma do Sistema Educativo, (Madrid, 1989) no seu capítulo X, introduz o conceito de necessidades educativas especiais, da seguinte forma:

*“Partindo da premissa de que todos os alunos precisam, ao longo da sua escolaridade, de diversas ajudas pedagógicas do tipo humano, técnico ou material, com o objectivo de assegurar a consecução dos fins gerais da educação, as necessidades educativas especiais são previstas para aqueles alunos que, para além disso e de forma complementar, possam necessitar de outro tipo de ajudas menos usuais. Dizer que um determinado aluno apresenta necessidades educativas especiais é uma forma de dizer que, para conseguir atingir os fins da educação, ele precisa de usufruir de determinados serviços ou ajudas pedagógicas. Desta forma, uma necessidade educativa define-se tendo em conta aquilo que é essencial para a consecução dos objectivos da educação”.*

Ruiz (citado por Guiné, 1987) sintetiza assim as linhas gerais desta delineação:

- a) A ênfase nas necessidades educativas como *“continuum*, que se alarga desde as mais gerais às mais particulares e específicas;
- b) O conceito de necessidades educativas especiais como forma de definir as ajudas pedagógicas específicas necessárias para atingir os fins da educação;

c) O associar estas ajudas pedagógicas específicas a recursos humanos, materiais e técnicos, procedentes dos fins educativos.

Em resumo, o conceito de necessidades educativas especiais está relacionado com as ajudas pedagógicas ou serviços educativos que determinados alunos possam precisar ao longo da sua escolarização, para conseguir o máximo crescimento pessoal e social.

Deste conceito derivam duas características relativas às dificuldades dos alunos:

a) O seu carácter interactivo: as dificuldades de aprendizagem de um aluno têm uma origem fundamentalmente interactiva, dependendo tanto das condições pessoais do aluno como das características do contexto em que este se desenvolve, que é o mesmo que dizer – a escola;

b) A sua relatividade: as dificuldades de um aluno não podem conceber-se com carácter definitivo, nem de forma determinante, e dependerão das particularidades do aluno num dado momento e num dado contexto escolar.

A partir deste marco conceptual, a Educação Especial já não se concebe como a educação de um tipo de alunos, mas sim como o conjunto de recursos humanos e materiais postos à disposição do sistema educativo para que este possa responder adequadamente às necessidades que, de forma transitória ou permanente, possam apresentar alguns dos alunos.

No modelo de uma escola para todos, o eixo, o centro da prática educativa é o professor da sala, que não deve nunca descarregar as suas responsabilidades em outros profissionais, embora possa e deva, sempre que necessário, receber ajuda do professor de apoio, do Departamento de Orientação e das Equipas Interdisciplinares do Sector; tudo isto é um marco de mútua colaboração num ambiente o menos restrito possível para o aluno.

Elementos que configuram a resposta educativa dos alunos com necessidades educativas especiais.

Falaremos aqui sobre as variáveis mais significativas relacionadas com o processo educativo que pretende dar resposta às necessidades educativas especiais.

### **História da Educação Especial**

Podemos situar os primórdios da Educação Especial pelos finais do séc. XVIII. Esta época é caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente.

Nas sociedades antigas era normal o infanticídio quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a Idade Média a Igreja condenou o infanticídio, mas por outro lado, acalentou a ideia de atribuir a causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas. Considerou-as possuidoras pelo demónio e outros espíritos maléficos e submeti-as a práticas de exorcismo.

Nos séculos XVII e XVIII os deficientes mentais eram internados em orfanatos, manicómios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Ali ficavam junto de delinquentes, velhos, pobres... indiscriminadamente.

Começaram então a surgir as primeiras experiências positivas com pessoas com deficiência.

O frade Pedro Ponce de Leon (1509-1584) que, em meados do séc. XVI, levou a cabo no Mosteiro de Oña a educação de 12 crianças surdas com surpreendente êxito.

A primeira escola pública para surdos foi criada pelo abade Charles Michel de l'Épée (1712-1789) em 1755, tendo-se rapidamente convertido no Instituto Nacional de Surdos-mudos.

Em 1784, Valentim Hauy (1745-1822) criou em Paris um instituto para crianças cegas. Entre os seus alunos encontrava-se Louis Braille (1806-1852), que viria mais tarde a criar o famoso sistema de leitura e escrita conhecido precisamente por sistema Braille.

Por finais do séc. XVIII, princípios do século XIX, inicia-se o período da institucionalização especializada de pessoas com deficiências, e é a partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial.

A sociedade toma consciência da necessidade de prestar apoio a este tipo de pessoas embora esse apoio se revestisse, a princípio, de um carácter mais assistencial do que educativo.

Imperava o princípio de que era preciso proteger a pessoa normal da não normal ou seja, esta última era considerada como um perigo para a sociedade; também acontecia o inverso: considerava-se que era preciso proteger o deficiente dessa sociedade, a qual só lhe poderia trazer danos e prejuízos. O resultado de ambas as concepções vem a ser o mesmo: separa-se o deficiente, segrega-se, discrimina-se.

Abrem-se as escolas fora das povoações, argumentando que o campo lhes proporcionaria uma vida mais saudável e alegre. Desta maneira se tranquiliza a consciência colectiva, pois estava a proporcionar cuidado e assistência a quem necessitava, protegendo o deficiente da sociedade sem que esta tivesse de suportar o seu contacto.

Esta situação de colocação em instituição irá prolongar-se até meados do presente século.

Ao longo do século XIX, criam-se escolas especiais para cegos e surdos, e no final do século inicia-se o atendimento a deficientes mentais em instituições criadas para este fim.

O século XX caracterizar-se-á pelo início da obrigatoriedade e expansão da que numerosos alunos, sobretudo os que apresentavam certas deficiências, tinham dificuldade em seguir o ritmo normal da classe e conseguir um rendimento igual ao das restantes crianças da sua idade. É então que se aplica a divisão do trabalho à educação e nasce assim a pedagogia diferente, uma educação especial institucionalizada, baseada nos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de quociente intelectual.

Nesta época proliferam as classes especiais e a rotulação das crianças segundo diversas etiquetas. As escolas especiais multiplicam-se e diferenciam-se em função das diferentes etiologias: cegos, surdos, deficientes mentais, paralisias cerebrais, espinhas bífidas, dificuldades de aprendizagem, etc. Estes centros especiais e especializados, separados dos regulares, com os seus programas próprios, técnicas e especialistas, constituíram e constituem um subsistema de Educação Especial diferenciado, dentro do sistema educativo geral.

Em 1959, a rejeição feita pelas associações de pais a este tipo de escolas segregadas recebe apoio administrativo na Dinamarca que inclui na sua legislação o conceito de “normalização” entendido como “ a possibilidade de o deficiente mental desenvolver um tipo de vida tão normal quanto possível”.

A partir de então, o conceito de normalização estende-se por toda a Europa e América do Norte. É no Canadá que se publica em 1972 o primeiro livro acerca deste princípio.

Como consequência da sua generalização, verifica-se no meio educativo a substituição das práticas segregadoras por práticas e experiências integradoras.

De tal maneira, que estamos assistindo a uma mudança de orientação, e do movimento para a institucionalização, com a criação em massa de escolas especiais, está a recuar, encaminhando-se agora para a desinstitucionalização.

Trata-se de integrar os deficientes no mesmo ambiente escolar e laboral dos outros indivíduos considerados normais.

Nos últimos anos considerou-se que as escolas especiais proporcionam às crianças deficientes um ambiente demasiado restrito, que resulta empobrecedor e contraproducente do ponto de vista educativo, de altos custos em função da sua eficácia e ideologicamente inadequado por favorecer a segregação e a discriminação ( Brown e Col., citado por Mayor, 1989).

## Declaração de Salamanca

Este documento surgiu em 1994, “reafirmando o direito à educação de todos os indivíduos como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e renova a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência mundial sobre Educação para Todos de 1990”, garantindo este direito independentemente das diferenças individuais. O mesmo relembra “as diversas declarações das Nações Unidas que culminaram, em 1993, nas Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para as Pessoas com Deficiência”, encorajando os Estados a integrar no sistema educativo a educação das pessoas com deficiência. (Declaração de Salamanca, 1994, p.vii)

A Declaração de Salamanca veio então alargar o termo NEE que constava no relatório “Warnock Report”. A orientação do documento remete ao princípio da inclusão e ao reconhecimento da necessidade de atuar com o objetivo de conseguir uma “Escola para Todos”. As escolas têm de adaptar-se a todas as crianças independentemente, das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras.

Assim sendo, o conceito de NEE inclui “...crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.”(Declaração de Salamanca, 1994, p.6)

Reuniram-se em Salamanca, de 7 a 10 de Junho de 1994, mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, a fim de promover o objectivo da educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de política, necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente, capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais. A conferência, organizada pelo Governo espanhol em cooperação com a UNESCO, congregou altos funcionários da educação, administradores, responsáveis pela política e especialistas, assim como representantes das Nações Unidas e das Organizações Especializadas, outras organizações governamentais internacionais, organizações não-governamentais e organismos financiadores.

### Recrutamento e treino de pessoal docente

A preparação adequada de todo o pessoal educativo constitui o factor-chave na promoção das escolas inclusivas. Para além disso, reconhece-se, cada vez mais, a importância do recrutamento de professores com deficiência que possam, servir de modelo para as crianças deficientes. Poderão adoptar-se as medidas seguintes:



- Devem ser organizados cursos de iniciação a todos os estudantes que se preparam para o ensino, a nível primário ou secundário, tendo em vista fomentar uma atitude positiva face à deficiência e desenvolver uma compreensão sobre o que pode ser realizado nas escolas com os cursos locais existentes. O conhecimento e as capacidades exigidas são, essencialmente, as relativas a um ensino de qualidade e incluem necessidades especiais de avaliação, conteúdos sobre adaptação curricular, utilização de tecnologia de apoio, métodos de ensino individualizado capaz de responder a um largo espectro de capacidades, etc. Nas escolas destinadas aos estágios práticos, deve ser dada uma especial atenção à preparação de todos os professores para exercerem a sua autonomia, aplicarem os seus conhecimentos na adaptação curricular e no ensino, de modo a responderem às necessidades dos alunos, assim como a colaborar com especialistas e a cooperar com pais.

- As competências necessárias para satisfazer as necessidades educativas especiais devem ser tidas em consideração na avaliação dos estudos e na certificação dos professores.

- É prioritário preparar documentação escrita e organizar seminários para os administradores locais, inspectores, directores de escola e professores orientadores para estes desenvolverem as suas capacidades de liderança nesta área e apoiarem e formarem pessoal com menos experiência.

- O maior desafio consiste em organizar formação-em-serviço para todos os professores, tendo em consideração as diversas e, muitas vezes, difíceis condições em que trabalham. A formação-em-serviço deverá realizar-se, sempre que possível, ao nível da escola, através da interacção com os orientadores e apoiada pela formação à distância e outras formas de auto-formação.

- A formação especializada em educação de alunos com necessidades educativas especiais, que conduz a qualificações adicionais, deverá normalmente ser integrada ou seguir-se ao treino e experiência no ensino regular, de forma a permitir complementaridade e mobilidade.

- É preciso repensar a formação de professores especializados, a fim de que estes sejam capazes de trabalhar em diferentes situações e possam assumir um papel chave nos programas de necessidades educativas especiais. Deve ser adoptada uma formação inicial não-categorizada, abrangendo todos os tipos de deficiência, antes de

enveredar por uma formação especializada, numa ou em mais áreas relativas a deficiências específicas.

- As universidades podem desempenhar um importante papel consultivo no desenvolvimento da educação dos alunos com necessidades especiais, em particular no que respeita à investigação, avaliação, formação de formadores e elaboração de programas de formação e produção de materiais. Deve ser promovida uma cooperação entre universidades e instituições de ensino superior, nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Esta ligação entre a investigação e a formação é de uma enorme importância. É, igualmente, importante envolver pessoas com deficiência nesta investigação e formação, a fim de assegurar que as suas perspectivas sejam plenamente reconhecidas.

- Um problema recorrente dos sistemas educativos, mesmo que garantem serviços educativos excelentes para alunos com deficiência, consiste na falta de modelos. Os alunos com necessidades especiais precisam de oportunidades de interagir com alunos com deficiência que obtiveram sucesso, de modo a que possam modelar o seu próprio estilo de vida e as suas aspirações em expectativas realistas. Para além disso, devem ser dados aos alunos com deficiência exemplos de liderança e de capacidade de decisão, de modo a que possam vir a colaborar na orientação da política que os virá a afectar na sua vida futura. Os sistemas educativos devem assim, procurar recrutar professores qualificados e outro pessoal com deficiência e procurar envolver pessoas com deficiência que obtiveram sucesso na sua região, na educação de crianças com necessidades especiais.

### **Diagnóstico e avaliação das necessidades educativas especiais**

O objectivo primordial desse diagnóstico e avaliação das necessidades educativas especiais deve ser o de determinar da actuação educativa ou das ajudas que seja necessário proporcionar aos alunos com essas necessidades.

O diagnóstico, em geral efectuado pela equipa psicopedagógica a pedido do professor, servia apenas para confirmar a ideia que já este tinha limitações da criança em questão. Esta confirmação dos especialistas era utilizada pelo professor, em alguns casos, para justificar, perante si próprio e perante os outros, o fraco progresso obtido pelo aluno.

Outro hábito que, apesar de desde há muito vir a ser posto em causa, continua a ser utilizado para a avaliação psicopedagógica do aluno, é as provas de inteligência ou similares.

A avaliação psicopedagógica das necessidades educativas especiais deve ter um acentuado carácter funcional.

O currículo escolar é o referente básico para a identificação e avaliação das necessidades educativas especiais e para a determinação dos apoios específicos que o aluno poderá necessitar num determinado momento.

Num primeiro momento é o professor responsável, que mais e melhor conhece o aluno, que deverá ter um papel importante na identificação das necessidades educativas especiais através da observação sistemática, da recolha de dados, do descrever sem etiquetar, etc., podendo se o caso ultrapassar, recorrer à ajuda do professor especialista – professor de apoio, terapeuta da fala, orientador – e ou das equipas interdisciplinares.

Ruiz (citado por Giné, 1987) diz que o processo de avaliação deve permitir-nos identificar quais são as necessidades educativas do aluno e o seu grau de especificidade, definindo elementos como:

- a) Tipo e grau de especificidade das adaptações curriculares que será necessário estabelecer em relação a determinado aluno,
- b) Meios de acesso ao currículo que deverão ser facilitados ao aluno.

Estes aspectos, juntamente com outros de carácter mais global, tal como o afectivo, a relação interpessoal, social, etc., que afectam o desenvolvimento em geral e o processo educativo em particular, permitir-nos-ão formular mais facilmente uma acção educativa adequada.

#### Adaptações curriculares

O esquema curricular deve ser aberto e flexível para poder, entre outras razões adaptar-se às diferentes necessidades dos alunos.

As adaptações curriculares são a mais importante estratégia de intervenção na resposta às necessidades educativas especiais. Podemos defini-las como “acomodações ou ajustes da oferta educativa comum, estabelecida no Projecto Curricular da Escola, às necessidades e possibilidades de cada aluno”.

As adaptações curriculares partirão do Projecto de Escola que deve adaptar-se o melhor possível às características e capacidades de todos e de cada um dos alunos e ao contexto da escola em questão. Quanto mais adequado for à realidade menos necessárias serão as adaptações individuais.

As adaptações curriculares podem referir-se tanto as modificações na metodologia como nas actividades de ensino e aprendizagem; na temporalização, com trocas no tempo previsto para alcançar os objectivos, sendo estes os mesmos que os dos outros alunos; na prioridade a

determinados objectivos ou conteúdos; na eliminação e/ou introdução de algum objectivo ou conteúdo.

### **Meios de acesso ao currículo**

É provável que alguns alunos com necessidades educativas especiais precisem de meios específicos de acesso ao currículo. Estes meios podem ser:

- Meios humanos, tais como professor de apoio, terapeuta da fala, fisioterapeuta, vigilante, técnicos das equipas psicopedagógicas, etc., tendo em conta que as necessidades de intervenção deste ou daquele profissional não deve fazer-se em função da caridade que tal actuação representa, mas sim em função da sua pertinência relativamente ao programa estabelecido para um determinado aluno.

- Meios materiais que possam facilitar o processo de ensino/aprendizagem e que normalmente se destinam a crianças com deficiências motoras ou sensoriais. São em geral, adaptações de mobiliário e equipamento, assim como instrumentos ou ajudas técnicas que facilitem a autonomia, a marcha, a visão e a audição.

Caberá falar também aqui das adaptações arquitectónicas do edifício (construção de rampas, elevadores, casas de banho, etc.) que permitam o acesso e utilização de todas as dependências e serviços da escola.

### **O Projecto Educativo da Escola**

O Projecto Educativo define e dá uma entidade própria a cada escola, explicitando o que se pretende conseguir, seleccionando o que é prioritário a a forma de o obter.

O Projecto de Escola deve dar um sentido a todas as actividades e serviços de que os alunos podem necessitar.

Giné (1987) defende que o Projecto Educativo deve pelo menos estabelecer acordos em relação a três núcleos de questões fundamentais:

- a) Elementos conceptuais relacionados com o próprio conceito de escola e educação; com os educandos em relação aos seus direitos e deveres; com a função social;
- b) Elementos de organização escolar;
- c) Elementos de participação e relação com a comunidade escolar, sobretudo com os pais.

Para a maioria dos autores o Projecto Curricular de Escola (PCE) integra-se no Projecto Educativo.

O Projecto Curricular de Escola é um dos elementos essenciais para fomentar a autonomia pedagógica e organizativa das escolas, assim como para favorecer e estimular o trabalho em equipa dos professores, aspectos destacados na reforma educativa.

No guia para a elaboração do Projecto Curricular de Escola refere-se que a atenção a dar aos alunos com Necessidades Educativas Especiais deve estar presente no conjunto do Projecto Curricular de Escola, de acordo com os seguintes princípios gerais:

- Os objectivos educativos para os alunos com necessidades educativas especiais são os mesmos que para os restantes alunos.
- O currículo normal, com as necessárias adaptações, é o instrumento adequado para responder às necessidades educativas especiais.
- A escola regular constitui o espaço educativo mais adequado, no qual todos os alunos deverão encontrar uma resposta às necessidades educativas.

## Referências Bibliográficas

Rafael Bautista. Necessidades Educativas Especiais. Lisboa: Dinalivro (1997).